

PROJETO DE CURSO E PLANO DE TRABALHO ANUAL

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO - SECADI
- DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS – DIPEBS

DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

ÓRGÃO/ ENTIDADE PROPONENTE		CNPJ	
Universidade Federal do Cariri – UFCA		18.621.825/0001-99	
ENDEREÇO			
Avenida Tenente Raimundo Rocha, 1639. Bairro Cidade Universitária			
MUNICÍPIO / UF / CEP / DDD/TELEFONE E-MAIL			
/ (88) 3221-9201/ atendimento.gabinete@ufca.edu.br			
MUNICÍPIO UF CEP		DDD/TELEFONE E-MAIL	
Juazeiro do Norte / Ceará	63048-080	(88) 3221-9201	atendimento.gabinete@ufca.edu.br
CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA		CÓDIGO DA GESTÃO	
158719		26449	
NOME DO RESPONSÁVEL		FUNÇÃO CPF	
Silvério de Paiva Freitas Júnior		Reitor/ [REDACTED]	
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR		CARGO MATRÍCULA	

Professor Magistério Superior - 1548731	
ESFERA ADMINISTRATIVA	
Federal	
NOME DO COORDENADO R DO PROJETO:	DDD/TELEFON E
Lidiane Cristina Coelho	
ENDEREÇO ELETRÔNICO https://lattes.cnpq.br/6971594705368905	

1.1 Identificação do projeto

Instituição proponente: Universidade Federal do Cariri – UFCA

Coordenador(a) projeto: Lidiane Cristina Coelho

Carga horária: 90 horas

Vagas: 50 vagas

Modalidade: presencial

1.2 Título do projeto: Formação em práticas educativas para a educação bilíngue de surdos - 3ª EDIÇÃO

2. INTRODUÇÃO

Este plano de trabalho tem como finalidade delinear diretrizes, metas e ações voltadas ao fortalecimento da modalidade de Educação Bilíngue de Surdos na região do Cariri cearense¹, considerando seus fundamentos legais e normativos, bem como as especificidades público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos (PAEBS). Busca-se, assim, situar a importância do planejamento como instrumento orientador da prática educacional, articulando princípios legais, diretrizes pedagógicas e objetivos institucionais.

As políticas públicas constituem um conjunto articulado de decisões, estratégias e

¹ Por força da Lei complementar estadual, aprovada pela Assembleia Estadual do Ceará e sancionada em ato público na cidade de Crato, em 29 de junho de 2009, pelo Governador do Estado do Ceará, foi criada a Região Metropolitana do Cariri, compreendida pelos três municípios polos do Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) e mais seis municípios limítrofes dessa aglomeração urbana, a saber, Caririáçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. (Queiroz, 2014, p. 99)

ações desenvolvidas — ou não — pelo Estado com a finalidade de promover melhorias nas condições de vida da população. Configuram-se como instrumentos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Para além da elaboração de leis e normas, as políticas públicas orientam a implementação de programas, projetos, metas e objetivos voltados à promoção do bem comum, geralmente estruturados em perspectivas de médio e longo prazo (Souza, 2006).

Nesse sentido, as políticas públicas impactam diretamente a organização da vida social e produzem expectativas quanto à efetivação de direitos, uma vez que é por meio de sua implementação concreta que garantias legais podem se tornar realidade.

Como exemplo da relevância histórica e social das políticas públicas, pode-se mencionar a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 (Resolução 217 A III). O Artigo 26 estabelece que todo ser humano tem direito à instrução, devendo esta ser gratuita, ao menos nos níveis elementares e fundamentais (ONU, 1948). A partir dessa diretriz, diversos países passaram a desenvolver ações voltadas à ampliação do acesso à educação, compreendendo-a como ferramenta fundamental para o enfrentamento da pobreza, da exclusão social e das desigualdades.

Dessa forma, o estudo das políticas públicas revela-se imprescindível para todos os sujeitos que integram a sociedade, pois o conhecimento acerca dessas políticas possibilita reivindicar direitos e participar ativamente da construção do bem-estar coletivo. Tal compreensão mobiliza-nos, enquanto docentes do curso de Licenciatura em Letras-Libras da Universidade Federal do Cariri (UFCA), a assumir o compromisso com a pesquisa, a difusão e o acompanhamento das políticas públicas educacionais, especialmente no que se refere à educação básica e à escolarização de estudantes surdos.

Assim, assumimos o desafio como uma oportunidade de articulação entre universidade e política pública, visando contribuir com a formação de profissionais da educação básica, por meio do compartilhamento de conhecimentos e experiências que fortaleçam a consolidação e a qualificação da Educação Bilíngue de Surdos no país.

O presente Plano de Trabalho tem a função de organizar, estruturar e orientar a execução da formação continuada em Educação Bilíngue de Surdos, definindo objetivos, fundamentos legais, estratégias pedagógicas e metas alinhadas às políticas públicas educacionais. Sua elaboração fundamenta-se no direito à educação como garantia constitucional, reafirmado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e regulamentado pela Lei nº 9.394 de 1996 (LDB), que assegura o atendimento educacional especializado. No âmbito específico da educação de surdos, destaca-se o reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436

de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 2005, bem como a consolidação da modalidade pela Lei nº 14.191 de 2021, que institui a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino, seguindo as regras estabelecidas pela Portaria 10/2016 do Ministério da Educação. Esses marcos normativos asseguram aos estudantes surdos o direito à Libras como língua de instrução e à Língua Portuguesa escrita como segunda língua, garantindo base legal para a organização de práticas pedagógicas específicas.

Embora a legislação brasileira avance na perspectiva inclusiva, pesquisas e movimentos da comunidade surda indicam que a inclusão escolar, quando desvinculada da abordagem bilíngue, não assegura plenamente o desenvolvimento linguístico, cultural e educacional dos estudantes surdos. Nesse contexto, a Educação Bilíngue de Surdos consolida-se como resposta às demandas históricas sintetizadas no lema “A educação que nós surdos queremos”, fortalecendo o reconhecimento da identidade e da diferença linguística. Assim, este projeto integra ações de formação voltadas à capacitação de professores da Educação Básica, contribuindo para a implementação qualificada da política pública e para a consolidação da modalidade bilíngue na região do Cariri dos estudantes PAEBS.

3. DEFINIÇÃO DE METAS E OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS

3.1 Objetivo Geral:

Oferecer formação continuada para professores e profissionais da educação que atuam em escolas e classes bilíngues de surdos, em escolas inclusivas, em Atendimento Educacional Especializado (AEE); com atendimentos a alunos surdos, da rede pública de ensino de cidades da Região do Cariri - CE (Juazeiro, Barbalha, Crato e cidades circunvizinhas).

3.2 Objetivos Específicos

- Fomentar reflexões sobre a história da educação de surdos, os movimentos surdos com o lema: *a educação que nós surdos queremos*; considerando a perspectiva sócio-antropológica acerca da pessoa surda; evidenciando suas diferenças: linguísticas, identitárias e culturais.
- Realizar aulas presenciais com abordagens teóricas, reflexivas e interativas, considerando a diversidade dos participantes e suas diferentes experiências com professores de Libras, a fim de promover a construção e a ampliação de novos conhecimentos.

- Discutir as práticas educativas ideais para a educação bilíngue de surdos, promovendo produções de materiais didáticos e ressignificações das práticas pedagógicas, nessa perspectiva.
- Apresentar conceitos e dispositivos jurídicos fundamentais da Educação Bilíngue para Surdos, em consonância com as atuais políticas, programas e ações da DIPEBS/SECADI/MEC;

3.3 Produtos esperados

3.3.1 O curso está organizado em três principais temas: 1. História da educação e dos movimentos surdos no Brasil; 2. Conceitos e dispositivos jurídicos fundamentais da Educação Bilíngue para Surdos e 3. Práticas educativas para a educação bilíngue de surdos. Os temas serão divididos em três módulos, com carga horária total de 90 horas, ocorrendo em formato presencial, para 50 participantes/cursistas, ou seja, com 50 vagas.

- Para a realização do curso serão necessários os seguintes recursos:
 1. materiais pedagógicos: apresentação powerpoint, notebook, datashow, vídeos em português e em Libras, pincel, lousa (notebook e datashow serão disponibilizados pela na Secretária Municipal de Educação de Juazeiro do Norte - instituição parceira).
 2. Recursos humanos: um tradutor surdo e um ouvinte e dois intérpretes de Libras, um assistente administrativo, um técnico audiovisual.
 3. Material didático para distribuição para os alunos: Bloco de anotações, caneta e pastas.
 4. Apostila para os cursistas com base no plano de ensino do curso.
 5. Os materiais didáticos produzidos pelos estudantes serão entregues às escolas, por meio da Secretaria de Educação, preparada pela equipe pedagógica do curso.
 6. As apostilas poderão ser publicadas na plataforma do site do curso de Letras-Libras da UFCA. Segue o link do curso de Letras-Libras: <https://libras.ufca.edu.br/publicacao/>.

3.4. Meta física e custo unitário

Ofertar esse projeto de ensino com o curso de aperfeiçoamento na modalidade presencial intitulado: *Formação em práticas educativas para a educação bilíngue de surdos - 3ª EDIÇÃO*, com a carga horária de 90 horas a ser ofertado em Juazeiro do Norte - CE (para esse e outros municípios da região: Crato, Barbalha, Mauriti, dentre outras); sendo ofertadas 50 (cinquenta) vagas a profissionais da educação (cursistas) que atuam ou futuramente

atuarão com alunos surdos, preferencialmente, na rede pública de ensino. O curso terá duração de 3 (três) meses, todas quartas-feiras, no período da manhã e tarde.

3.5. Valor Total Estimado do Projeto:

Valor do projeto R\$40.422,69 (quarenta mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos).

3.6 Vigência do projeto

INÍCIO	TÉRMINO
04/2026	11/2026

4. METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido na modalidade presencial, estruturado de forma teórico-prática, com carga horária total de 90 horas. A proposta formativa busca articular fundamentação teórica, análise normativa e experiências práticas, promovendo reflexão crítica e qualificação da atuação profissional na Educação Bilíngue de Surdos.

O projeto contará com a participação e o apoio da Associação dos Surdos de Juazeiro do Norte (ASJUA), especialmente nas atividades formativas, por meio de palestras sobre cultura, identidade e educação bilíngue de surdos. Também serão convidados representantes da ASJUA para compor mesas-redondas, ministrar palestras e contribuir com a divulgação do projeto nas redes sociais. Ressalta-se que a ASJUA atua de forma contínua na defesa dos direitos da comunidade surda, bem como na promoção de suas lutas e dos diversos interesses coletivos. Destaca-se, ainda, o papel dos líderes surdos no movimento surdo, com o apoio da comunidade, não apenas na área da educação, mas também na valorização de profissionais qualificados, na garantia de direitos das pessoas surdas, inclusive aquelas com deficiências associadas, na busca por igualdade de oportunidades e no respeito à língua de sinais.

O curso está organizado em três eixos temáticos centrais, distribuídos em três módulos formativos interdependentes:

Módulo I – História da educação e dos movimentos surdos no Brasil (20h): Este módulo abordará os processos históricos que marcaram a educação de pessoas surdas no país, bem como o protagonismo dos movimentos sociais surdos na luta por reconhecimento linguístico, cultural e educacional. Serão discutidas as transformações paradigmáticas — do modelo clínico-terapêutico ao reconhecimento da perspectiva linguístico-cultural — destacando a constituição da identidade surda e o papel da comunidade surda na formulação de políticas educacionais.

Módulo II – Conceitos e dispositivos jurídicos fundamentais da Educação

Bílingue de Surdos (20h): Neste módulo, serão estudados os fundamentos conceituais da Educação Bílingue de Surdos, compreendida como modalidade que reconhece a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2). Serão analisados os principais marcos legais e normativos que asseguram esse direito, bem como as diretrizes que orientam sua implementação na educação básica, promovendo a compreensão da política pública enquanto instrumento de garantia de direitos.

Módulo III – Educação Ambiental e Sustentabilidade (12h): O módulo tem como objetivo analisar criticamente a questão ambiental e sua interface com a educação, articulando os princípios filosóficos da Educação Ambiental às especificidades da Educação Bílingue de Surdos. A partir da compreensão da Libras como língua de instrução (L1) e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2), serão discutidos os fundamentos conceituais e normativos que orientam a inserção da temática ambiental na Educação Básica, compreendendo o meio ambiente como componente curricular relevante para o ensino de crianças e jovens surdos. O módulo abordará desenvolvimento sustentável, planejamento e conservação ambiental, bem como tendências contemporâneas da Educação Ambiental, promovendo reflexões sobre como garantir acessibilidade linguística, participação e equidade nas discussões socioambientais.

Módulo IV - Gestão, Planejamento e Monitoramento na Perspectiva da Equidade (16h): O módulo abordará a avaliação educacional como produção de conhecimento estratégico para subsidiar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas na Educação Básica, com ênfase na Educação Bílingue de Surdos.

Serão estudados os fundamentos conceituais, históricos, políticos e normativos da avaliação, incluindo sistemas nacionais, estaduais e municipais, bem como avaliações em larga escala, seus instrumentos e tipologias, analisando criticamente seus limites quando aplicados a estudantes surdos sinalizantes. O módulo problematizará a adequação de indicadores e instrumentos avaliativos às especificidades linguísticas da Libras como primeira língua (L1) e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2), destacando a necessidade de práticas avaliativas que respeitem a diferença linguística e cultural. Também serão discutidos planejamento, monitoramento institucional e análise da publicização de resultados sob a perspectiva da equidade, visando à construção de uma cultura de avaliação comprometida com a garantia de direitos e com a efetiva participação dos estudantes surdos nos processos educacionais.

Módulo V– Práticas educativas para a Educação Bílingue de Surdos (22h): Este módulo terá caráter integrador e sintetizador, articulando os fundamentos históricos, políticos,

jurídicos, ambientais, pedagógicos e de gestão discutidos nos módulos anteriores, com vistas à consolidação de uma prática docente coerente com os princípios da Educação Bilíngue de Surdos na Educação Básica. A partir da perspectiva linguístico-cultural da surdez, do reconhecimento da Libras como L1 e da Língua Portuguesa escrita como L2, e dos princípios de equidade, sustentabilidade e avaliação crítica, os participantes desenvolverão propostas pedagógicas e materiais didáticos bilíngues contextualizados, considerando as especificidades dos estudantes surdos sinalizantes. O módulo promoverá a sistematização dos conhecimentos construídos ao longo do curso, articulando planejamento, práticas educativas, indicadores de acompanhamento e compromisso com a efetivação das políticas públicas, culminando na elaboração de produtos pedagógicos aplicáveis à realidade escolar.

4.1. Organização Didático-Pedagógica

A metodologia adotada privilegiará:

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Estudos dirigidos de textos legais e referenciais teóricos;
- Análise de casos e situações-problema;
- Oficinas práticas;
- Rodas de conversa e socialização de experiências;
- Produção colaborativa de propostas pedagógicas.

A organização do curso buscará promover a participação ativa dos cursistas, valorizando seus contextos de atuação profissional e incentivando a articulação entre teoria e prática.

4.2. Planejamento e Desenvolvimento

O planejamento será estruturado de modo progressivo, iniciando-se pela contextualização histórica e política, avançando para a compreensão conceitual e normativa, e culminando na aplicação prática dos conhecimentos construídos. Essa sequência visa garantir coerência formativa e aprofundamento gradativo das discussões.

Concepção Avaliativa

A avaliação será processual, formativa e contínua, priorizando o acompanhamento do desenvolvimento dos participantes ao longo do curso. Serão considerados:

- Participação nas atividades presenciais;
- Envolvimento nas discussões teóricas;
- Produção de atividades práticas;

- Elaboração de uma proposta pedagógica ou plano de ação final, articulado aos princípios da Educação Bilíngue de Surdos.

A perspectiva avaliativa adotada compreende a avaliação como instrumento de reflexão, autoavaliação e aprimoramento profissional, e não apenas como mecanismo classificatório

4.3. Parcerias

Pretende-se formalizar articulações institucionais com as prefeituras dos municípios circunvizinhos a Juazeiro do Norte, com o objetivo de fomentar a adesão e participação de profissionais da educação básica dessas localidades no curso de formação. Essas parcerias visam ampliar o alcance territorial da ação formativa, fortalecer o regime de colaboração entre os entes federativos e promover a disseminação das diretrizes da Educação Bilíngue de Surdos na região.

Para a execução das atividades presenciais, será estabelecido contato institucional com a Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte, com vistas à utilização do auditório da referida Secretaria como espaço de realização das aulas. A escolha do local fundamenta-se em critérios de acessibilidade, centralidade geográfica, infraestrutura adequada e viabilidade técnica e tecnológica, garantindo condições apropriadas para o desenvolvimento das atividades formativas previstas no projeto.

A devolutiva dos materiais didáticos produzidos pelos estudantes será realizada junto à Secretaria de Educação e à rede de ensino. Considerando a presença de estudantes surdos na educação básica, destaca-se a importância de disponibilizar esses materiais às escolas e à Secretaria de Educação com Rodas de conversa e socialização de experiências.

5. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) ocorreram mudanças essenciais no Brasil, principalmente no campo da educação, por exemplo, a promulgação da Constituição Federal em 1988, que estabelece que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família” (art. 205), garantindo em um dos seus princípios a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art.206, I). Outra publicação importante é a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, a qual apresenta, no inciso III, do art. 4º, o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência. Assim, o direito à Educação Inclusiva é afirmado na Constituição de 1988, na LDB e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI/2008). As implicações desses e outros marcos legais, no campo da

Educação, produzem ganhos importantes para promover o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos, e a formação de professores capacitados para atuar, no cotidiano das escolas; com a diversidade e a diferença.

Todavia, considerando as pesquisas e os movimentos da comunidade surda (Lacerda, 1998; Dorziat, 2012; Lodi, 2013; Campello e Rezende, 2014; Lacerda, Santos, 2013; Lacerda, Santos e Martins, 2016; Caldas, 2021; dentre outros) a inclusão escolar, da forma como vem sendo apresentada desde 1990, não propicia aos alunos surdos as condições necessárias para a sua escolarização e o seu pleno desenvolvimento. Isso é possível a partir da educação bilíngue em que a Libras é a língua de instrução, interação, comunicação e ensino e o português é ensinado como segunda língua na modalidade escrita. Desde 1990, como expõe Caldas, (2021) o movimento da comunidade surda tem o seguinte lema: “A educação que nós surdos queremos”. A partir de então, ocorrem mudanças na educação de surdos.

A mais significativa conquista da comunidade surda brasileira foi o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora,

com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (Brasil, 2002). Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 5.626/05, e estabelece diretrizes para educação de surdos, formação inicial e continuada de profissionais para atuarem nessa área, dentre outras.

Outra conquista recente, de suma importância para a comunidade surda, foi a alteração da lei nº 9.394/ 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) com a publicação da lei nº 14.191 de 2021 (Brasil, 2021), que insere a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino. Com isso, os estudantes surdos passaram a ter garantido em mais esse importante dispositivo brasileiro, o direito à educação bilíngue (Libras/Língua Portuguesa); com o suporte adequado e necessário para a execução plena dessa modalidade. Essa é uma vitória em nível federal e valiosa para a comunidade surda. Mas podemos citar também uma conquista local recente, que é a inauguração da classe bilíngue, em agosto de 2023, na Escola Municipal Ratts Barbosa, em Juazeiro do Norte/CE. Essa sala tem potencial de tornar-se um polo bilíngue de educação de surdos e atender surdos de toda a região do Cariri, visto a grande quantidade de surdos na região e os seus direitos linguísticos adquiridos. A partir de então, e cada vez mais, para cumprir as exigências legais e garantir a participação social e educacional das pessoas surdas, são essenciais algumas ações de formação dos profissionais. Mesmo tendo ofertado duas edições anteriores deste curso, não

foram todos os profissionais da educação que atuam ou vão atuar com alunos surdos, principalmente porque as prefeituras da região fizeram novos concursos e contrataram novos servidores que precisam de conhecimentos da Educação Bilíngue de Surdos.

Com isso, é evidente que a efetivação dessas garantias de direitos demanda profissionais capacitados e isso se faz com formação continuada, com capacitação

dos profissionais da educação básica para atuação específica nesta área. Portanto, para haver uma base curricular que atenda à modalidade educação bilíngue de surdos, na educação de surdos, precisamos de profissionais preparados para tal atuação, com formação continuada; para além do conhecimento das línguas envolvidas.

Por isso, esse projeto de formação do programa RENAFOR/Educação Bilíngue de Surdos em parceria com a DIPEBS/SECADI/MEC vem para atender a uma demanda por conhecimentos pedagógicos específicos acerca da educação bilíngue, promovendo participação dos professores na implementação das políticas públicas que garantem direitos aos estudantes surdos; com foco nas peculiaridades da Libras como língua de instrução e o português escrito como segunda língua para os estudantes surdos da região do Cariri. Ao final da primeira oferta desse, fizemos uma consulta por meio de formulário google com os participantes e conversamos com representantes das Secretarias de Educação e foi solicitada nova oferta do mesmo curso, uma vez que muitos profissionais não conseguiram participar da primeira e segundo versão por conta do choque do horário do curso com o horário de trabalho deles. Por isso, estamos mudando o horário e o local do curso para atender à demanda.

6. DIAGNÓSTICO: DADOS E DEMANDAS DOS TERRITÓRIOS

6.1. Levantamento de Dados

Buscamos realizar um levantamento do número de professores ou instrutores surdos atuantes na rede de ensino básico, ou professores ouvintes que ensinam alunos surdos, em estudos desenvolvidos por pesquisadores da área, dão conta que na cidade de Juazeiro do Norte dispõe de uma sala multisseriada, com 6 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e 1 professor surdo formado em Pedagogia. (Ciriaco, 2025) (Trevisan, 2025). De acordo com Bezerra (2025), a cidade de Juazeiro do Norte tinha no ano de 2025, 28 crianças e adolescentes surdos matriculados em escolas da rede municipal de ensino, distribuídos na Educação Infantil e nas etapas iniciais e finais do Ensino Fundamental. Araújo (2025) e Souza (2025) afirmam que no Ensino Médio, na mesma cidade, também estavam matriculados

discentes surdos, porém não apontam uma estimativa da quantidade.

É interessante destacar o depoimento de gestores das cidades de Barbalha e Crato, contatados em anos anteriores, que assinalam ao aumento de alunos surdos

matriculados nas escolas públicas, porém não obtivemos dados que possam ser referenciados neste plano de trabalho. Tais depoimentos são sucedidos de pedidos de cursos de formação para que os professores, gestores e demais profissionais da educação possam ter acesso à formação específica para atuação com estes alunos, visto que, conforme nos foi relatado, muitos dos profissionais atuantes hoje tem sua formação em nível superior anterior ao Decreto 5626/2005, que instituiu a disciplina de Libras nos cursos de graduação em Letras e Pedagogia. E mesmo aqueles que cursaram a disciplina de Libras em suas respectivas graduações, afirmam não se sentirem aptos para atender às especificidades do PAEBS.

6.2. Levantamento de Demandas

A partir da análise do contexto educacional, foram identificadas as seguintes demandas formativas:

Formação em Libras para professores e demais profissionais da educação;

Formação específica para atuação na Educação Bilíngue de Surdos;

Desenvolvimento de competências para elaboração de materiais didáticos acessíveis;

Construção de estratégias pedagógicas adequadas ao ensino de estudantes surdos;

Ampliação do conhecimento sobre cultura surda e especificidades linguísticas da comunidade surda.

Verificou-se que a maioria dos profissionais ainda não possui proficiência em Libras, tampouco formação adequada para a elaboração de materiais didáticos e para a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas e bilíngues. Além disso, muitos docentes demonstram desconhecimento acerca da cultura surda e dos fundamentos da Educação Bilíngue. Também evidenciado nos encontros com esses profissionais e em ações desenvolvidas pela UFCA, como o PIBID, conforme fonte pública disponível no link a seguir. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/10926>

Diante desse cenário, o programa RENAFOR propõe a oferta de formação continuada, visando qualificar os profissionais da rede para uma atuação mais inclusiva, bilíngue e culturalmente sensível às especificidades dos estudantes surdos.

6.3. Estrutura e Recursos Necessários para a Formação

Para a implementação da formação continuada, serão necessários:

Equipe formadora com experiência em Educação Bilíngue de Surdos e em Libras;

Materiais didáticos bilíngues (Libras e Língua Portuguesa);

Recursos tecnológicos acessíveis (plataformas digitais com acessibilidade, materiais audiovisuais em Libras);

Espaço físico adequado e/ou ambiente virtual estruturado para oferta dos encontros formativos;

Apoio institucional para certificação e acompanhamento das atividades formativas.

7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES E SUBATIVIDADES DO PROJETO

Etapa/ Fase	Especificação das ações	Indicador físico	Período	
		Unidade	Início	Término
Planejamento e organização do curso				
01	Tramitação e aprovação do projeto do curso	Colegiado do Letras Libras da UFCA	03/02/26	03/02/26
02	Definição da Equipe Pedagógica e Administrativa	Convite por E-mail eletrônico	04/05/26	08/05/26
03	Tramitação e encaminhar da nota de empenho no SIMEC	UFCA	04/26	05/26
04	Reunião com a equipe pedagógica e administrativa – Organização de trabalhos	Reunião Virtual e/ou presencial	04/05/26	27/11/26
05	Iniciação de trabalhos para elaboração, tradução e publicação do edital para seleção de tutores, intérpretes	Reunião Virtual e/ou presencial	01/06/26	30/10/26
06	Preparação do material didático/pedagógico das aulas	UFCA/Intra	01/06/26	04/09/26
07	Publicação de Edital para seleção de tutores e cursistas	Site e redes sociais da graduação em Letras Libras e/ou instituição	01/06/26	02/06/26
08	Processo seletivo – período de inscrição e/ou cadastro	Site e redes sociais da graduação em Letras Libras e/ou instituição	01/06/26	30/06/26
09	Período de cadastro de tutores	Secretaria da graduação em Letras Libras	01/07/26	03/07/26

10	Período de matrículas de cursistas no curso	Secretaria da graduação em Letras Libras (e-mail eletrônico)	06/07/26	17/07/26
Desenvolvimento do curso				
11	Início do curso	UFCA/Intra	02/09/26	02/11/26
12	Reunião com a equipe pedagógica e administrativa	Reunião virtual e/ou presencial	06/07/26	27/11/26
13	Reunião de orientação com os tutores sobre organização de turmas	Reunião virtual e/ou presencial	06/07/26	27/11/26
15	Avaliação interna de meio-termo	SIPAC/SIGAA Interna	16/10/26	16/10/26
Finalização do curso				
16	Término do curso	UFCA /Intra	27/11/26	27/11/26
17	Reunião com a equipe pedagógica e administrativa	Reunião virtual e/ou presencial	27/11/26	27/11/26
18	Reunião com o tutor	Reunião virtual e/ou presencial	27/11/26	27/11/26
19	Avaliação interna final	SIPAC/SIGAA Interna	27/11/26	27/11/26
20	Elaboração e envio do relatório final para o MEC	SIPAC/SIGAA	27/11/26	14/12/26
21	Envio de prestação de contas e documentos	SIPAC/SIGAA	14/12/26	14/12/26
22	Emissão dos certificados	Coordenação do curso	14/12/26	14/12/26

8. FORMA DE EXECUÇÃO

8.1 Responsáveis pelo projeto

CONCEDENTE – Ministério de Educação (MEC)

PROPONENTE – Universidade Federal do Cariri (UFCA)

8.2 Monitoramento e combate à evasão

Para a execução dessa proposta será necessário estabelecer parcerias com o poder

público, ou seja, com os sistemas municipal e estadual de educação para que os profissionais sejam liberados de suas atividades laborais para participarem do aperfeiçoamento/formação continuada aqui proposta. Portanto, o controle de participação se dará por meio de frequência nas aulas com assinatura de frequência; assim como os profissionais realizam em suas unidades de ensino assinando a folha de ponto.

Como ação complementar para o controle de ausências, o professor e profissionais da educação que estiver atuando na formação presencial, e monitorando a presença ou ausência de cursistas, será orientado a notificar a coordenação em caso de identificação de ausência de algum inscrito para que seja verificado se a ausência é justificada ou se o inscrito está com alguma dificuldade em participar das atividades. A partir de então, será conversado com o cursista e/ou com sua chefia imediata para resolução do problema.

9. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

9.1 Insumos: Recursos Humanos

Para a organização do curso de aperfeiçoamento será necessário montar uma equipe para o desenvolvimento do projeto de formação com os seguintes profissionais e suas funções descritas na tabela abaixo sendo o valor total de R\$ 35.510,40 (trinta e cinco, quinhentos e dez reais e quarenta centavos).

Descrição do item		Quant. de pessoas	CH/semanal	Período	Valor unitário por mês	Total
1	Equipe de tradução: um tradutor surdo e um tradutor ouvinte	2	20h	3 meses	R\$ 2.016,00	R\$ 12.096,00
2	Intérprete de Libras/Português - educacional Para atuar nas aulas do curso	2	20h	3 meses	R\$ 2.016,00	R\$ 12.096,00
3	Técnico áudio visual	1	4h	3 meses)	R\$ 1.800,00	R\$ 5.400,00
4	Subtotal					R\$ 29.592,00

5	20% do imposto patronal	R\$ 5.918,40
6	Total (Subtotal + 20% do imposto patronal)	R\$ 35.510,40

9.2. Justificativa dos gastos de cada item:

Equipe de tradução: por ser uma terceira oferta do curso utilizaremos muitos materiais já traduzidos na primeira edição, no entanto, será necessário contratar novamente dois tradutores, sendo um surdo e um ouvinte para atuarem na produção e tradução dos editais do projeto e de materiais didáticos complementares que foram indicados pelos docentes e pelos cursistas a partir das aulas realizadas na primeira edição desse projeto. Os cálculos para pagamento dos profissionais das traduções foram feitos com base no salário do profissional tradutor e intérprete de Libras em instituições de ensino da região do Cariri.

Contamos com a participação de professores surdos da região do Cariri neste projeto de extensão. Dessa forma, faz-se necessária a contratação de intérpretes de Libras/Português para atuarem na mediação linguística durante aulas, palestras e demais atividades. Os cálculos foram realizados com base na tabela de referência da Febrapils para a Educação Básica e Técnica, considerando que, em atividades com duração superior a uma hora, são necessários, no mínimo, dois intérpretes. Tendo em vista que o curso terá duração total de 90 horas.

Contamos com a participação dos professores surdos da região do Cariri nesse projeto de ensino, por isso, a contratação de intérprete de Libras/Português é necessária para atuar na interpretação das aulas, palestras e atividades. O cálculo para pagamento da atuação dos intérpretes nas aulas do curso, que terá duração de 90 horas e será dividido em duas turmas de 25 alunos cada, foi feito com base no salário desse profissional que atuam em instituições de ensino da região do Cariri.

Técnico áudio visual para atuar na captura de imagem para a tradução dos editais e de produção de novos materiais didáticos, uma vez que houve indicação dos ministrantes e cursistas da primeira edição; na edição de vídeo e inserção de janela de Libras e legenda em português.

Por orientação do setor responsável pela execução do TED e da fundação de apoio, informo que é necessário o pagamento de INSS PATRONAL 20%.

Por orientação do setor responsável pela execução do TED e da fundação de apoio, informo que é necessário o pagamento de Taxa administrativa de 10%.

9.3. Insumos de materiais

Para a realização desse projeto de formação Renafor/Educação Bilíngue de Surdos com o curso de aperfeiçoamento será necessário a aquisição de alguns materiais e recursos para o desenvolvimento do projeto de formação com os itens dos materiais descritos na tabela abaixo sendo o valor total de R\$ 1.237,50 (um mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Fonte de consulta de pesquisa: Papelaria Setta - Endereço: Rua São Paulo, Juazeiro do Norte - CE. **Orçamento obtido por Whatsapp da loja** [REDACTED]

Descrição do Material		Preço	Quant.	Total
1	Pastas	R\$ 2,50	55	R\$ 137,50
2	Bloquinhos com canetas em ecobag	R\$ 20,00	55	R\$ 1.100,00
Subtotal do material de consumo				R\$ 1.237,50

Resumo de despesas

Item	Valor total	Rubrica	Custos Diretos (sim/não)
Contratação de profissionais	R\$ 35.510,40	3.3.90.39	Sim
Material de consumo/escritório/gráfico	R\$ 1.237,50	3.3.90.39	Sim
Subtotal	R\$ 36.747,90	3.3.90.39	
Despesas Operacionais e Administrativas, taxa 10%	R\$ 3.674,79	3.3.90.39	Não
Total de repasse de recursos SPO-TED		R\$ 40.422,69	

10. BIBLIOGRAFIA

BEZERRA, Janaina Oliveira et al.. EDUCAÇÃO DE/PARA SURDOS EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE JUAZEIRO DO NORTE-CE: REFLEXÕES A PARTIR DAS OBSERVAÇÕES INICIAIS NO PIBID/EBS.. In: Anais do XV Fórum Internacional de Pedagogia (XV FIPED).

Anais...Serra Talhada(PE) AESET, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xv-forum-internacional-de-pedagogia-xv-fiped-502395/1117800-EDUCACAO-DEPARA-SURDOS-EM-DUAS-ESCOLAS-PUBLICAS-DE-JUAZEIRO-DO-NORTE-CE--REFLEXOES-A-PARTIR-DAS-OBSERVACOES-INI>. Acesso em: 04/03/2026

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394/96. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

BRASIL. Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC; SEEP; 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

BRASIL. Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Portaria nº 10, de 18 de fevereiro de 2026. Estabelece critérios, contrapartidas e indicadores de monitoramento para o apoio técnico e financeiro às instituições federais de ensino no âmbito de ações de formação inicial, continuada e de eventos de natureza educacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, edição 33, p. 29, 19 fev. 2026. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-10-de-18-de-fevereiro-de-2026-687616313>. Acesso em: 3 mar. 2026.

CALDAS, A. L. P. Memórias, histórias e narrativas da liderança surda na luta pela cidadania: da semente plantada à árvore crescida. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, 2021. DOI: 10.5216/rs.v6.69252. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/69252>.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, 2014. n. spe-2, p. 71–92. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/6KfHLbL5nN6MdTjId3FLxpJ/abstract/?lang=pt>>

CIRIACO, Laisa Jennifer Leite. **Educação bilíngue em foco: implicações da ausência da disciplina de Libras em sala multisseriada/** Laisa Jennifer Leite Ciriaco. – 2025. 32 f.

DORZIAT, A. ; MORAIS, M. M. de ; SILVA, L. R. Estudos culturais e estudos surdos: aproximações conceituais. In: GONÇALVES, C. C.; ANDRADE, F. (Org.). *Pelas frestas: pesquisas em estudos culturais da educação*. 1ed.Curitiba: CRV, 2019, v. , p. 31-50.

LACERDA, Cristina. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 19, nº 46, set. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

SOUZA, Ana Carmita Bezerra de *et al.* FAMILIBRAS: uma abordagem inclusiva para as famílias das crianças surdas da E.E.F.T.I. Tabela Expedito Pereira. In: MOSTRA PIBID: EXPERIÊNCIAS QUE FORMAM – EDUCAÇÃO BILÍNGUE SURDOS E LETRAS LIBRAS NAS ESCOLAS, 2., 2025, Juazeiro do Norte. Realizada durante a IV

Semana de Letras-Libras e IV Setembro Surdo, Universidade Federal do Cariri (UFCA), Campus Juazeiro do Norte, 25 set. 2025.

TREVISAN, Sueli Fioramonte; NASCIMENTO, Erika Teodosio do. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: O RENAFOR CARIRI E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES NO SUL DO CEARÁ.. In: Anais do XV Fórum Internacional de Pedagogia (XV FIPED). Anais...Serra Talhada(PE) AESET, 2025. Disponível

em: <https://www.even3.com.br/anais/xv-forum-internacional-de-pedagogia-xv-fiped-502395/1096464-POLITICAS-PUBLICAS-E-EDUCACAO-BILINGUE-PARA-SURDOS--O-RENAFOR-CARIRI-E-SUA-CONTRIBUICAO-PARA-A-FORMACAO-DE-EDUCA.> Acesso em: 03/03/2026

APÊNDICE A

História da educação de surdos		Carga Horária: 20 horas
EMENTA História da educação das pessoas surdas, apontando os aspectos clínico, socioantropológico e educacional. Os movimentos surdos locais e nacionais. Abordagens educacionais na educação de surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo; com reflexões pedagógicas sobre a educação bilíngue e a pedagogia surda. Levando em conta esses aspectos históricos, pontuar como devem ser elaborados os planos de ensino, como deve ser a gestão participativa da escola e considerar as metodologias ativas na educação de surdos.		
CONTEÚDO História cultural das comunidades surdas com memórias e narrativas de lideranças surdas brasileiras; Os movimentos surdos com o lema: A Educação que nós Surdos Queremos A construção dos processos de ensino e aprendizagem da educação de surdos, conhecendo as diversas abordagens; a gestão escolar, o planejamento, o monitoramento das ações e avaliação educacional dos alunos.		
4 horas-aulas	8h - 12h	Apresentações pessoais da docente e dos discentes e do plano de curso. Assistir ao documentário: “Dois mundos” e promover discussões sobre biculturalismo: cultura surda e ouvinte.
4 horas-aulas	13h - 17h	Panorama histórico da educação de pessoas surdas: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Panorama geral sobre surdez e as perspectivas: clínica, socioantropológico e educacional e a educação de surdos na perspectiva dos Estudos Surdos Os movimentos surdos com o lema: A Educação que nós Surdos Queremos
4 horas-aulas	8h - 12h	Atividade avaliativa 1 – discursiva

4 horas-aulas	13h - 17h	Abordagens educacionais na educação de surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo História cultural das comunidades surdas com memórias e narrativas de lideranças surdas brasileiras Os movimentos em defesa da escola bilíngue para surdos - marcos da luta pela escola bilíngue.
4 horas-aulas	8h - 12h	Atividade avaliativa 2 - objetiva

Referências

CALDAS, A. L. P. Memórias, histórias e narrativas da liderança surda na luta pela cidadania: da semente plantada à árvore crescida. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, 2021. DOI: 10.5216/rs.v6.69252. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/69252>.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, 2014. n. spe-2, p. 71–92. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6KfHLbL5nN6MdTjd3FLxpJ/abstract/?lang=pt>

DALL´ALBA, C. Movimentos Surdos: efeitos da trajetória histórica do documento Educação que nós surdos queremos. In: **Revista Espaço**. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Vol. 57, 2022, p. 193-206. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1740/1675>

DORZIAT, A. ; MORAIS, M. M. de ; SILVA, L. R. Estudos culturais e estudos surdos: aproximações conceituais. In: GONÇALVES, C. C.; ANDRADE, F. (Org.). *Pelas frestas: pesquisas em estudos culturais da educação*. 1ed.Curitiba: CRV, 2019, v. p. 31-50.

LACERDA, Cristina. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 19, nº 46, set. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007

LACERDA, C. B. F., SANTOS, L. F., & MARTINS, V. R. O. (Orgs.) (2016). **Escola e diferença**: caminhos para a educação bilíngue de surdos. São Carlos: EdUFSCar.

MARTINS, V. R. O. Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Bilíngue. Disponível em <https://eduplay.rnp.br/portal/video/151901> (em Libras e português)

MOURÃO, C. H. N.; BRANCO, B. da S. Educação de surdos: reflexões acerca da educação de surdos no Brasil, estamos retrocedendo aos paradigmas do congresso de Milão? **Revista Espaço**. Rio de Janeiro, RJ. N. 57 (jan./jun. 2022), p. 33-48. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257155>

Conceitos e dispositivos jurídicos fundamentais da Educação Bilíngue de Surdos		Carga Horária: 20 horas
EMENTA Legislação brasileira acerca da democratização ao ensino, com ênfase nas políticas inclusivas, nas garantias linguísticas e na educação bilíngue de surdos.		
CONTEÚDO Dispositivos jurídicos brasileiros que garantem educação para todos; Apresentar um panorama das políticas linguísticas bilíngues para surdos, no Brasil; Políticas educacionais bilíngues para surdos, a língua de sinais e a língua portuguesa na escolarização de surdos.		
4 horas-aulas	13h - 17h	Apresentações pessoais da docente e dos discentes e do plano de curso. Introdução aos estudos de: Legislação Brasileira (da CF/1988 - à Lei 14.191, de 2021)
4 horas-aulas	8h - 12h	Políticas Linguísticas para Surdos (Lei nº 10.098/2000, Lei nº 10.436/2002 e Decreto 5626/2005)
4 horas-aulas	13h - 17h	Políticas educacionais bilíngues para surdos em nível municipal, estadual e federal.
4 horas-aulas	8h - 12h	
4 horas-aulas	13h - 17h	Atividade avaliativa 1 - objetiva
Referências		

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

BRASIL. Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

BRASIL. Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art1.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial, n. 2, p. 51-69, 2014.

Educação Ambiental e Sustentabilidade	Carga Horária: 12 horas
EMENTA Questão ambiental e sua interface com a educação na perspectiva da Educação Bilíngue de Surdos. Fundamentos conceituais e normativos da Educação Ambiental na Educação Básica. Libras como L1 e Língua Portuguesa escrita como L2 no ensino de conteúdos socioambientais. Desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e acessibilidade linguística com foco na equidade e participação de estudantes surdos.	
CONTEÚDO Fundamentos e marcos normativos da Educação Ambiental na Educação Básica. Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e conservação ambiental aplicados ao contexto escolar. Articulação entre Educação Ambiental e Educação Bilíngue de Surdos na formação e prática docente. Libras como L1 e Língua Portuguesa escrita como L2 na mediação de conteúdos socioambientais. Estratégias pedagógicas para garantia de acessibilidade linguística, participação e equidade de estudantes surdos nas temáticas ambientais.	

4 horas-aulas	8h - 12h	Fundamentos da Educação Ambiental e Base Normativa
4 horas-aulas	13h - 17h	Educação Ambiental na perspectiva da Educação Bilíngue de Surdos, considerando as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos sinalizantes
4 horas-aulas	8h - 18h	Educação Básica, destacando abordagens interdisciplinares da Educação Ambiental no contexto da Educação Bilíngue de Surdos. Serão discutidos princípios de planejamento de aulas em contexto bilíngue.
4 horas-aulas	13h - 17h	reflexão crítica sobre tendências contemporâneas da Educação Ambiental e sua aplicabilidade na realidade da Educação Bilíngue de Surdos, analisando desafios e possibilidades no contexto escolar. Serão discutidas práticas pedagógicas e estudos de caso como forma de avaliação.

Referências

ANTUNES, J.; NASCIMENTO, V. S.; QUEIROZ, Z. F. **Educação para sustentabilidade, interdisciplinaridade e as contribuições da mediação para a construção coletiva do conhecimento**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, v. 35, n. 1, p. 260-278, jan./abr. 2018.

PEREIRA, Carlos Alexandre Rodrigues; DE MELO, Juliana Valéria. **Discussão sobre técnicas e materiais utilizados na Educação Ambiental e sua aplicabilidade no trabalho junto aos surdos**. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 10, n. 3, p. 85-96, 2015.

PHILIPPI, J.R.A., PELICIONI, M.C.F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2 ed. Barueri: Manole, 2014. 1004p.

DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental**. 2ª.ed, São Paulo:Editora Gaia 2006, 224 p.

KRENAC, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo.Companhia das Letras, 2019.

VARGAS, César Augusto Yaya; MINASI, Luis Fernando. **A Educação Ambiental na formação de estudantes surdos. Revista Brasileira de Educação Ambiental** (RevBEA), v. 18, n. 3, p. 77-91, 2023.

Gestão, Planejamento e Monitoramento na Perspectiva da Equidade		Carga Horária: 16 horas
EMENTA Estudo da gestão, do planejamento e do monitoramento educacional na Educação Básica, na perspectiva da equidade, com ênfase na Educação Bilíngue de Surdos. Análise dos fundamentos conceituais, históricos, políticos e normativos que orientam a formulação e implementação de políticas públicas educacionais. Avaliação como instrumento estratégico de produção de conhecimento para subsidiar processos decisórios, acompanhamento institucional e garantia de direitos linguísticos. Sistemas de avaliação nacional, estadual e municipal e suas implicações para estudantes surdos sinalizantes. Indicadores educacionais, monitoramento institucional e análise crítica da publicização e dos usos dos resultados avaliativos, considerando acessibilidade linguística, Libras como L1 e Língua Portuguesa escrita como L2.		
CONTEÚDO Fundamentos da gestão educacional, do planejamento e do monitoramento na Educação Básica. Políticas públicas e organização dos sistemas de ensino na perspectiva da equidade. Avaliação educacional como instrumento de gestão e tomada de decisão. Sistemas de avaliação nacional, estadual e municipal e suas implicações para a Educação Bilíngue de Surdos. Indicadores educacionais e acompanhamento institucional. Avaliações em larga escala e análise crítica de seus limites frente às especificidades linguísticas dos estudantes surdos sinalizantes. Legislação e diretrizes normativas. Técnicas, instrumentos e tipologias de avaliação de projetos e programas no contexto bilíngue. Interpretação, publicização e uso dos resultados avaliativos para promoção da equidade, acessibilidade linguística e garantia de direitos.		
4 horas-aulas	8h - 12h	Estudo dos fundamentos conceituais, históricos e políticos da gestão, do planejamento e da avaliação educacional na Educação Básica, situando-os no contexto da Educação Bilíngue de Surdos. Serão enfatizados os princípios da equidade, da acessibilidade linguística e da garantia dos direitos linguísticos como eixos orientadores dos processos de gestão e monitoramento educacional.

4 horas-aulas	13h - 17h	Análise dos sistemas de avaliação nacional, estadual e municipal como instrumentos de gestão e planejamento, bem como suas implicações para a Educação Bilíngue de Surdos. Serão discutidas diretrizes legais e normativas, indicadores educacionais e mecanismos de monitoramento institucional, considerando os desafios de adequação às especificidades linguísticas dos estudantes surdos sinalizantes.
4 horas-aulas	8h - 12h	Estudo das especificidades da avaliação da aprendizagem no contexto bilíngue, considerando a Libras como língua de instrução (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2). Serão discutidos critérios, instrumentos e estratégias avaliativas coerentes com a diferença linguística e cultural, articulando práticas pedagógicas, planejamento docente e acompanhamento dos processos de aprendizagem.
4 horas-aulas	13h - 17h	Reflexão crítica e integradora sobre gestão, planejamento, monitoramento e avaliação na perspectiva da equidade. Serão discutidas as implicações das práticas institucionais para a garantia dos direitos linguísticos e educacionais dos estudantes surdos, culminando na sistematização de princípios, indicadores e encaminhamentos para qualificação da prática docente e da gestão escolar na Educação Bilíngue de Surdos.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do estado e políticas educacionais**: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. Revista Educação & Sociedade, v. 22, n. 75, p.15-29, ago. 2001.

ALVES, Teresa Cristina Leança Soares. AVALIAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NO ENSINO SUPERIOR. **Colóquios-Geplage-PPGED-CNPq**, n. 4, p. lxvii-lxxvi, 2023.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DE MELO MOREIRA, Carlos José; FERREIRA, Amauri Carlos; MOREIRA, Verônica Lima Carneiro. INCLUSÃO ESCOLAR E O DIREITO À EDUCAÇÃO COM EQUIDADE: PERSPECTIVAS NORMATIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. **ARACÊ**, v. 7, n. 10, p. e8867-e8867, 2025.

SANTOS, Júlia Pauline Oliveira et al. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS E/OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Anais do Seminário de Educação Inclusiva da UEMS**, v. 1, n. 1, p. 136-141, 2026.

SILVA, Fernanda Goldani da et al. **Avaliação em larga escala no Rio Grande do Sul**: inclusão e acessibilidade para alunos surdos. 2025.

Práticas educativas para a educação bilíngue de surdos		Carga Horária: 20 horas
EMENTA Prática didático-pedagógica com base em métodos e técnicas específicas utilizadas no ensino de Libras, como L1 e português escrito, como L2. Libras como língua de instrução. Planejamento e elaboração de materiais pedagógicos diversos para o ensino de pessoas surdas.		
CONTEÚDO Compreender a especificidade da prática pedagógica bilíngue voltada a pessoas surdas; Explicitar a importância da Libras (L1) como língua de instrução; Refletir sobre as práticas de ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas; Desenvolver materiais didáticos-pedagógicos com base em métodos e técnicas específicas utilizadas no ensino em Libras, como L1, e português escrito, como L2.		
4 horas-aulas	8h - 12h	O que entendemos por Libras (L1) como língua de instrução? Por que e como ensinar Libras, como L1, e Português, como L2, aos surdos? Promover discussões acerca da importância do ensino de Libras para

		surdos, assim como aos alunos ouvintes ensina-se o português.
4 horas-aulas	13h - 17h	Produzir um plano de aula para o ensino de Libras, como L1 Produzir um plano de aula para o ensino português escrito, como L2. Apresentação dos planos de aula elaborados para sugestões e ajustes
4 horas-aulas	8h - 12h	Produção de Materiais Didáticos - preparar aulas a partir dos planos produzidos
4 horas-aulas	13h - 17h	Atividade avaliativa - Ministras as aulas organizadas nessa disciplina
4 horas-aulas	8h - 12h	Devolutiva sobre os materiais produzidos, autoavaliação e avaliação da disciplina

Referências

BARBOSA, Gabriela Otaviani. SANTIAGO, Jaqueline Rodrigues do Nascimento.

SILVA, Milena Lago da. Materiais didáticos para o ensino de Libras como L1 para estudantes surdos do Ensino Fundamental. Disponível em <https://periodicos.ufop.br/caletroscopio/article/view/7484>

CAMPELLO, A. R. S. Pedagogia visual / Sinal na educação dos surdos. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. Estudos surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul: 2007. p. 100-131. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-Surdos-II.pdf>

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial, n. 2, p. 51-69, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (Org.). **LIBRAS: Aspectos fundamentais**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e a educação de surdos**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

LACERDA, C. B. F., SANTOS, L. F., & MARTINS, V. R. O. (Orgs.) (2016). **Escola e diferença: caminhos para a educação bilíngue de surdos**. São Carlos: EdUFSCar.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro; MORICONI, Lucimara Valdambrini. **Educação Bilíngue para Surdos: Distintas Compreensões e Implementações**. Revista Estudos Aplicados em Educação | São Caetano do Sul, SP | v. 7 | n. 13 | p. 118-133 | 2022 | ISSN 2525-703X. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8517/3771.

OLIVEIRA E PAIVA, V. L. M. História do material didático. [2011]. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/historia.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024. [Banco de dados preparado por Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva para o Projeto ARADO, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais].

QUEIROZ, Ivan da Silva. Região metropolitana do cariri cearense, a metrópole fora do eixo. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, n. 3, p. 93-104, 2014.

STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (org.). **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior**, Vol. 1 [livro eletrônico] / texto final coletivo: vários autores et. al.]. 1ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021.

Juazeiro do Norte, 1º de abril de 2026

LIDIANE CRISTINA COELHO
Docente do Magistério Superior
Universidade Federal do Cariri - UFCA

SILVÉRIO DE PAIVA FREITAS JÚNIOR
Reitor da Universidade Federal do Cariri - UFCA